

DIÁLOGO ENTRE SABERES

No livro *Direito e Economia*, os organizadores Armando Castelar, Antônio J. Maristrello Porto e Patrícia Regina Pinheiro Sampaio realizam a compilação de artigos referentes à relação de como o direito e a economia afetam os trabalhadores, consumidores, firmas, instituições financeiras e agentes públicos no Brasil.

A obra tem o intuito de esclarecer, de forma didática e acessível – para adoção em programas de graduação –, como as normas jurídicas afetam e podem contribuir – por meio da formulação de políticas públicas e da atuação dos poderes executivo e legislativo – no funcionamento do mercado e no crescimento econômico do país. Acaba por reunir áreas relevantes e temas atuais da economia que demandam regulamentação ou modernização de normas que possibilitem a retomada do crescimento econômico sustentável, entre eles, Infraestrutura, Concessões, Parcerias Público-Privadas, e Marco Regulatório para Economia Compartilhada.

Na avaliação da necessidade da atualização das normas relativas ao direito financeiro, três artigos, escritos por Jairo Saddi, João Manoel de Lima Júnior e Rubens Sardenber, destacam-se por: realizar a análise do crédito e sua importância no desenvolvimento econômico; apontar a necessidade de haver regulação bancária para evitar a concentração do setor e as distorções do mercado financeiro; e fazer uma análise histórica da criação do Sistema Financeiro Nacional e os perfis das Instituições Financeiras.

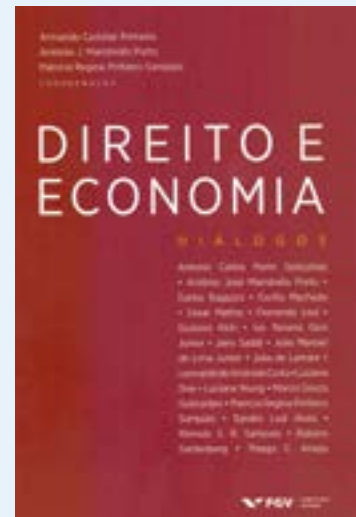
O livro inicia com a explicação da necessidade de avaliação da interseção entre a economia e o direito. Para os organizadores, não há como ignorar que o contexto econômico sofre efeitos colaterais de mudanças jurídicas. Observam também que os maiores litígios têm natureza econômica, como o direito aos

consumidores, o trabalhista, o tributário, o comercial, o creditício e o administrativo.

O objetivo do livro é ser utilizado como consulta em cursos de Direito e Economia, e, portanto, utiliza-se uma linguagem acessível e sem jargão. Cada artigo analisa, com fundamentos jurídicos, o impacto e a necessidade de incentivos e atuações do legislativo, executivo e judiciário em temas centrais da economia. Os capítulos abordam temas atuais, que afetam e explicam a existência do Sistema Nacional de Fomento (SNF). Para os entusiastas e integrantes do SNF, além dos capítulos iniciais da 1ª parte – com conceitos da teoria econômica –, é aconselhável a leitura dos capítulos 5, 8 e 16.

No capítulo 5, por exemplo, Jairo Saddi analisa o crédito sob a ótica jurídica. Parte do pressuposto de que é um direito obrigacional e que a regulação bancária evita a concentração do setor e as distorções do mercado, sendo assim, promove o seu acesso democrático. João Manoel de Lima Júnior introduz no capítulo 8 a compreensão da atuação do sistema bancário, por meio da análise histórica da criação e do desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. Por fim, no artigo apresentado no capítulo 16, Rubens Sardenber avalia que a importância do crédito no desenvolvimento econômico é devida à necessidade da manutenção de melhorias do estado de bem-estar social, por permitir o crescimento econômico, como consequência da ampliação do consumo e do investimento. Ele dá destaque à participação dos bancos públicos na expansão do crédito, em especial do BNDES, contudo observa que há a necessidade de continuar o processo de modernização regulatória e do ambiente de negócios, para retomar o crescimento econômico.

Por Fernanda Nogueira, economista e técnica da Gerência Técnico-Operacional da ABDE.



Direito e Economia: Diálogos

Armando Castelar, Antônio J. Maristrello Porto e Patrícia Regina Pinheiro Sampaio (coords.)

FGV Editora, 676 p., 2019.